

Conselho do Clima na ONU visa a acelerar fase da implementação

Negociação Proposta foi apresentada pelo presidente Lula no G20

Conselho de Clima na ONU visa a inaugurar a era da implementação

COP29
Mudança climática
Baku-Azerbaijão

Daniela Chiaretti
De Baku (Azerbaijão)

O Conselho de Mudança do Clima nas Nações Unidas, ideia proposta pelo presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento da reunião de cúpula do G20, no Rio de Janeiro, pretende ajudar o mundo a sair da fase de negociação climática e saltar para o ciclo de implementação das decisões.

O Climate Change Council (CCC, na sigla em inglês), serviria para apoiar a Convenção do Clima, a UNFCCC, como um braço da ONU. Uma espécie de órgão central de coordenação para tornar a ação climática mais ágil e garantir a implementação do Acordo de Paris. O secretariado da Convenção do Clima, que fica em Bonn, teria suas funções preservadas. Seria um órgão para assessorar a Convenção e agilizar a tomada de decisões urgentes.

"Precisamos de uma governan-

ça climática mais forte", disse o presidente Lula em seu discurso. "Não faz sentido negociar novos compromissos se não temos um mecanismo eficaz para acelerar a implementação do Acordo de Paris", seguiu e lançou a ideia de a comunidade internacional considerar a criação de um Conselho de Mudança do Clima na ONU.

Em suas palavras: "O Brasil convida a comunidade internacional a considerar a criação de um Conselho de Mudança do Clima na ONU, que articule diferentes atores, processos e mecanismos que hoje se encontram fragmentados."

A ideia do Brasil é que a criação do CCC aconteça através de uma resolução na Assembleia Geral da ONU, em 2026. Foi assim que, em 2006, criou-se o Conselho de Direitos Humanos.

O entendimento do Brasil é que o Conselho de Mudança do Clima ajudaria a reduzir a frustração que existe no mundo com a incapacidade do regime multilateral de conseguir tomar concretas as decisões da negociação climática, com muito mais celeridade e escala. É senso comum que o mundo não consegue ul-

trapassar as negociações e chegar à fase, urgente, da implementação. O regime climático, sem conseguir entregar resultados, fica exposto a negociações.

O processo da Convenção do Clima é muito complicado e não consegue acompanhar a complexidade e velocidade da crise do clima. É, ao mesmo tempo, o único sistema democrático que existe para o mundo enfrentar, junto, um desafio global.

A intenção do governo é fazer da COP 30, no Brasil, em 2025, o início de uma fase pós-negociação do regime climático — são mais de 30 anos no mesmo trilho. O entendimento é que é hora de dar um passo adiante e tornar o sistema mais ágil, mais eficiente e inclusivo.

A ideia do Conselho, adiantou Lula, seria para fortalecer o sistema, com uma governança mais robusta. O Conselho de Segurança da ONU não é uma opção, porque não tem legitimidade ou capacidade para soluções de longo prazo que apoiem a cooperação internacional.

A intenção, com o CCC, é fazer com que o regime climático comece a entregar resultados con-

cretos. A força e frequência dos eventos climáticos extremos — que podem desencadear um efeito dominó nos sistemas ecológicos, com pontos de não retorno — vai exigir que a humanidade se prepare melhor para enfrentar a crise do clima.

O novo órgão poderia ajudar a impulsionar a transformação que a emergência climática exige das sociedades e das economias, para mobilizar recursos financeiros e dar resiliência às cidades e aos países, às florestas e aos oceanos.

Na Cúpula do G20, o Brasil inovou ao aproximar as agendas climática e financeira. A intenção, agora, é que em um novo desenho de governança, o CCC ajude a Convenção da Mudança do Clima com aconselhamento e apoio para que a tomada de decisões possa ser mais rápida e menos engessada em questões climáticas urgentes.

Outra intenção é que o CCC ajude a criar sistemas de alerta precoce para riscos climáticos. Outro ponto é que seja uma ponte no cenário fragmentado da atual governança do clima, diagnóstico mencionado por Lula. O

Pacto pelo turismo sustentável



Mais de 50 países presentes na COP 29 em Baku firmaram compromisso pela promoção do turismo sustentável como parte dos esforços para reduzir os efeitos causados pelo aquecimento do clima. Os países se comprometeram a incluir o turismo como parte do problema e propor

medidas dentro de suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC). Segundo a Diretora Executiva de Turismo da ONU, Zoritsa Urošević (foto), a indústria global do turismo é responsável por 3% do PIB global e é a fonte de 8,8% das emissões de gases de efeito estufa.

Conselho teria uma atuação descentralizada e sem ser mais um nível burocrático na governança climática, ao contrário, articulando os diversos atores e mecanismos dentro e fora do sistema

das Nações Unidas.

A jornalista viajou a COP 29 a convite do Instituto Clima e Sociedade (ICS)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Internacional **Caderno:** A **Página:** 15